

## Os Okinawanos em São Paulo: Festividades e identidade

Ricardo Sorgon Pires

Resumo: O objetivo desse artigo é por em pauta de discussão uma temática ainda recente no campo dos estudos acerca da imigração japonesa para o Brasil. A proposta é apresentar os imigrantes okinawanos como um grupo que apesar de ser oficialmente japonês, foi historicamente discriminado pela sociedade japonesa majoritária, a partir de meados do século XIX, quando Okinawa é anexada ao Império do Japão.

Os okinawanos sofreram forte preconceito por parte dos demais japoneses, especialmente até o fim da Segunda Guerra Mundial, por serem considerados um povo ignorante, “achinesado” e atrasado. Durante a maior parte de sua história, Okinawa manteve relações com o Japão, a China e o Sudeste Asiático. Assim, as manifestações culturais que fugiam ao padrão japonês eram discriminadas, ou até mesmo perseguidas.

No contexto da imigração japonesa ao Brasil, a província de Okinawa foi a que sofreu maior emigração, devido à grande pobreza e crise social que atingiu a população da ilha no começo do século XX. Só a Província de Okinawa (num total de 47) foi responsável por cerca de dez por cento de todos os emigrantes nipônicos. As diferenças e os preconceitos para com os okinawanos existentes no Japão permaneceram em terras brasileiras inclusive algumas décadas após a Segunda Guerra.

No Brasil, os okinawanos e seus descendentes procuraram afirmar constantemente sua identidade como um povo possuidor de uma cultura singular e divergente em muitos aspectos da cultura dos demais japoneses. Devido à sua localização geográfica e à sua história marcada por um intenso contato com diversos povos, os okinawanos se constituíram como um povo mais receptivo, miscigenado e com práticas sociais e culturais mais inclusivas que os demais japoneses, os quais viveram séculos de isolamento devido a sua própria geografia, e a determinadas políticas isolacionistas adotadas pelos japoneses em diversos períodos. Devido a isso, uma das formas mais importantes que os okinawanos e seus descendentes se valem para afirmarem sua identidade são as diversas festividades, realizadas constantemente, cujo objetivo é reafirmar certas tradições, propiciar um momento de sociabilidade e entretenimento entre os membros.

Nesse sentido, este artigo tem como objetivo, apresentar o grupo dos okinawanos mostrando brevemente sua formação histórica como um grupo contrastante em relação aos demais japoneses e ainda demonstrando que tais diferenças permaneceram no contexto brasileiro pós-imigração. Em seguida, será proposta uma breve discussão acerca das potencialidades e possibilidades de se utilizar as festas como objeto de estudo histórico. Cabe lembrar que esse trabalho está restrito à análise das festas realizadas pela comunidade okinawana da cidade de São Paulo.

Por fim, será posto em pauta uma discussão acerca dos conceitos de etnicidade e identidade, visto que durante muito tempo se utilizou um conceito de etnicidade e identidade por demais rígidos, o que impedia que se percebessem as várias fragmentações e fissuras que pode haver em determinados grupos étnicos tidos tradicionalmente como homogêneos. Os japoneses, por exemplo, na grande maioria das vezes foram interpretados por historiadores e cientistas sociais como um grupo sólido e coeso em termos étnicos e culturais. Com esse artigo, que é parte de uma pesquisa maior, se pretende questionar tal posicionamento defendendo que os japoneses não são um grupo homogêneo e que ter consciência desse fato é algo fundamental para que se possa

respeitar e compreender o lugar e as aspirações de grupos minoritários que se empenham em serem reconhecidos e terem sua identidade respeitada, como é o caso dos okinawanos.

Palavras-chave: Imigrantes okinawanos; festividades, identidade.

## Introdução

A imagem do japonês no Brasil sempre foi alvo de múltiplos estereótipos, alguns dos quais já se faziam presentes antes mesmo da chegada dos primeiros imigrantes japoneses em 1908, como aponta Dezem em *Matizes do “amarelo”: A gênese dos discursos sobre os orientais no Brasil (1878-1908)*. Esse autor afirma que a visão que se consolidou no Brasil acerca do Japão e dos japoneses sempre foi ambígua. Por vezes, o Japão era associado ao País das Cerejeiras, das gueixas, do exotismo, da tranquilidade búdica, enquanto em outros momentos, a visão predominante era a de um Japão dos samurais, militarista, ou seja, o Perigo Amarelo que ameaçava o Ocidente cristão.

No segundo Pós Guerra, a visão de um Japão militarista vai desaparecendo, dando lugar à imagem que predomina hoje em dia, a de um país em que a tradição e a modernidade caminham juntas. Um Japão reconstruído, desenvolvido, e com alta tecnologia, convive na visão coletiva, com um Japão ainda tradicional, dos templos, da caligrafia, dos kimonos, do Monte Fuji. Também dos ninjas, samurais e kamikazes, embora esses já sejam vistos como figuras do passado. Assim, robôs e monges são o duplo estereótipo acerca dos japoneses, ainda muito presente aos olhos não apenas do Brasil, mas de boa parte do Ocidente.

Um dos principais estereótipos acerca do japonês, e talvez o mais solidamente consolidado seja exatamente esse, considerar o “japonês” no singular, ou então, usar o vocábulo “japoneses” apenas como um mero plural para se referir a vários indivíduos de um mesmo grupo. A imagem de uma suposta homogeneidade cultural e étnica japonesa é constante no imaginário coletivo ocidental.

Tal concepção é fruto de uma visão preconceituosa, ocidental e eurocêntrica, que identifica “asiáticos” e “orientais” de forma simplista e estereotipada a partir de um (pré)conceito construído pelo Ocidente ao longo de séculos, como afirma Said em seu livro *O Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente*. Em razão dessa visão, ainda hoje, também fruto de um profundo desconhecimento acerca desses povos, é comum confundir chinês com coreano, japonês, vietnamita e assim sucessivamente, afinal, “todos são amarelos e tem olhos puxados”.

De outro modo, essa concepção de homogeneidade nipônica também decorre da disseminação de uma das principais ideologias construídas pelo Estado japonês, em especial na segunda metade do século XIX, no contexto de abertura e modernização do país. No intuito de construir uma nação moderna, o estado passou a difundir a ideia de uma “raça nipônica”, sólida, homogênea, em oposição aos outros povos do Leste Asiático, sobretudo os chineses. Assim, a ideia de uma raça e de uma cultura única, no Japão, originou-se do projeto de construção do Estado-nação, no qual ainda sobrevive em parte, apesar das diversas críticas feita a essa concepção, particularmente pelas minorias existentes na sociedade japonesa.

Devido à solidez desses discursos, bem como em decorrência da falta de estudos específicos a respeito da diversidade étnica japonesa, percebe-se o quão difícil é desconstruir esse estereótipo (e todas as implicações que ele carrega), e demonstrar que de fato, o japonês (para não dizer dos outros povos de “olhos puxados”) é um povo razoavelmente heterogêneo em termos étnicos e culturais, e que ter ciência dessas distinções é um exercício necessário para se

evitar visões preconceituosas, principalmente da perspectiva das minorias japonesas, que corroboram ora com a visão eurocêntrica ocidental, ora com uma visão chauvinista japonesa, ou ainda, paradoxalmente, com ambas as visões, dependendo da forma de utilização do discurso a esse respeito.

### **A homogeneidade japonesa em questão: o caso dos *ainu* e dos *okinawanos***

O pesquisador japonês Fukuoka, afirma que os japoneses podem ser divididos em oito categorias a partir de diferenças genealógicas, culturais e étnicas. Dentre essas, existem atualmente dois grupos étnicos minoritários que são discriminados pela maioria da população, os *ainu* e os *okinawanos*<sup>1</sup> (FUKUOKA *apud* KIMURA, 2003, p. 14).

De acordo com Pierre Souyri, em *A colonização japonesa: Um colonialismo moderno, mas não-ocidental*, os diversos povos que compunham a chamada civilização *ainu*, constituíam-se de populações asiáticas não-japonesas que habitavam as terras mais setentrionais do arquipélago japonês (Hokkaido, antiga Ezo, Ilhas Kurilas e a Ilha Sakalina). Apesar de eminentemente coletores e pescadores, há evidências que em meados do século XIII havia um início de agricultura entre eles.

Esses povos foram sendo gradativamente exterminados pelos japoneses advindos da ilha central do arquipélago (Honshu), a partir do século XVI, em decorrência de um processo contínuo de expansão e colonização da região, o que acarretava em assimilação ou eliminação desses povos. Atualmente, o número de descendentes *ainu* é extremamente reduzido na sociedade japonesa e o preconceito contra esse grupo permanece, sendo seus membros identificados, muitas vezes, como selvagens. Em consequência, os *ainu* e sua cultura estão em vias de desaparecer (SOUYRI, 2004, p. 462-465).

Em relação aos *okinawanos*, estes também, assim como os *ainu*, eram vistos com olhos preconceituosos pelos demais japoneses que, sobretudo no século XIX, os consideravam como um povo “achinesado”, atrasado, racialmente inferior e de pouca inteligência. Entretanto, ao contrário dos *ainu*, os *okinawanos* tiveram um período de maior autonomia em relação ao Japão, visto que eles só foram completamente subjugados pelos japoneses no século XIX, quando o arquipélago de Ryukyu<sup>2</sup> é transformado em Província de Okinawa.

Em sua longa e, em parte, ainda lacunar história, o povo de Okinawa formou-se como um povo multicultural que recebeu, por sua posição geográfica privilegiada, influências culturais diversas, sobretudo da China, Coréia, Filipinas, Indonésia, dentre outros países. Devido a isso, a cultura *okinawana* se formou a partir de matrizes diversas, tornando-se muito rica e miscigenada, com múltiplas particularidades em relação à cultura nipônica. Tais diferenças permaneceram mesmo após sua anexação ao Japão, uma vez que os *okinawanos* preservam diversos aspectos de sua identidade até os dias de hoje.

As ilhas de Ryukyu, situadas ao sul de Kyushu (Japão), formavam um reino independente até o ano de 1609 quando foram invadidas pelos japoneses (clã de Satsuma) e tornaram-se um estado tributário semi-independente até 1879, momento em que são integradas definitivamente ao Japão, passando a serem chamadas de Província de Okinawa.

Os *okinawanos* tiveram muitas dificuldades para preservar e afirmar sua identidade, pois após a Restauração Meiji (1868) o Japão passou por uma série de reformas, que visavam transformá-lo em uma nação moderna. Nesse processo, o Japão iniciou uma política altamente centralizadora, militarista e nacionalista, com vistas a criar uma sólida “unidade nacional”. O governo japonês procurou evitar quaisquer manifestações que pudessem abalar a suposta

homogeneidade da “Raça de Yamato”, impondo sua cultura e seus valores sobre as demais minorias (como os okinawanos), principalmente por meio da escola, da imprensa e do exército.

Nesse contexto, por suas diferenças étnicas e culturais, os okinawanos eram vistos de forma negativa pelos demais japoneses, sendo acusados de atrasados, ignorantes e culturalmente inferiores. Assim, muitas das práticas de afirmação identitária dos okinawanos foram perseguidas ou inibidas pelo estado japonês com sua autoritária política centralizadora.

### Os okinawanos no Brasil: Uma minoria festiva

Durante o processo da imigração japonesa para o Brasil, os okinawanos formaram um grupo significativo (geralmente em torno de dez por cento entre todos os japoneses), chegando hoje em dia à cifra de cento e sessenta mil entre okinawanos e seus descendentes inseridos na sociedade brasileira. (ASSOCIAÇÃO OKINAWA KENJIN DO BRASIL, 1998, p.7)

Apesar das diferenças entre os okinawanos e os demais japoneses, não foi possível para os primeiros afirmarem sua identidade de forma explícita até o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), principalmente devido às restrições e à vigilância, com relação aos imigrantes, impostas durante o chamado Primeiro Governo Vargas (1930-1945), que empreendeu uma série de medidas centralizadoras e nacionalistas, visando à construção de um estado nacional forte (SHIZUNO, 2010, p. 81-86).

As perseguições aos imigrantes japoneses tornaram-se progressivas também em decorrência do forte sentimento anti-japonês, presente em parte da elite e do governo brasileiro, em razão da disseminação do chamado “Perigo Amarelo”, existente desde antes do início da imigração em 1908.

Somente após 1945, a relação entre os *nikkeis* e os brasileiros, gradativamente, vai se normalizando. As décadas do pós-guerra também coincidem com a progressiva estabilização dos japoneses e seus descendentes no Brasil, bem como com a chegada de novos imigrantes japoneses e okinawanos após o restabelecimento das relações diplomáticas entre Brasil e Japão em 1952. Nesse período, há um fortalecimento das associações japonesas, e com elas, a disseminação gradual de eventos, festas, e comemorações de caráter cultural, artístico, gastronômico e esportivo da comunidade japonesa.

A partir dessa época, a comunidade okinawana procurou reafirmar sua identidade como um grupo diferenciado dos demais japoneses, realizando a partir de suas associações, eventos, festas e atividades culturais típicas da cultura *uchinanchu* (okinawana). Atualmente, dentre algumas das principais festas realizadas pelos okinawanos na cidade de São Paulo, podemos destacar: O *Koten Ongaku Taikai* (Encontro de música clássica); *Ryukyu Minyou Taikai* (Encontro de música folclórica); *Buyo Taikai* (Encontro de dança); *Minyou Karaoke Taikai* (Encontro de *karaokê* de música folclórica); *Uchina Shibai* (Teatro de Okinawa).

Além desses eventos, é muito comum em São Paulo as apresentações de *Taikô* (um tipo de tambor) de Okinawa, instrumentos que são tocados por grupos de jovens das mais variadas faixas etárias, mulheres e crianças. Entretanto, vale salientar que todos esses eventos citados se realizam na cidade de São Paulo, entre as vinte e duas Associações Okinawa Kenjin Kai, de São Paulo e da Grande São Paulo, com destaque para a sede central localizada na Liberdade (Associação Okinawa Kenjin do Brasil), fundada oficialmente em 1926.

Também convém destacar os festejos realizados durante o centenário da imigração japonesa no Brasil em 2008, o qual foi comemorado a parte pela comunidade okinawana, que festejou seu próprio centenário. Durante esse evento, houve uma intensificação dos festejos

culturais pelos okinawanos, que viam a oportunidade de fomentar um maior interesse popular sobre suas peculiaridades, em decorrência da ampla divulgação e cobertura pela imprensa.

A comunidade okinawana, em oposição às demais comunidades japonesas, apresenta uma diferença muito importante em relação à construção de seus laços de pertencimento. Como aponta Souza em sua dissertação, *A comunidade Uchinanchu na Era da Globalização*, enquanto as demais comunidades japonesas formaram grupos étnicos isolados uns dos outros, no contexto da diáspora da imigração, os okinawanos mantêm uma forte rede transnacional de relações, a qual é fundamental para a constituição e para o fortalecimento da identidade dessa comunidade.

É nesse sentido que, desde 1991, é realizado em Okinawa, a cada cinco anos, o *Sekai no Uchinanchu Taikai* (Encontro Mundial dos Uchinanchu). Nesse grande evento, todas as delegações de okinawanos e seus descendentes espalhados pelo mundo, em lugares como Brasil, China, África do Sul, Peru, Hawai e EUA, por exemplo, se encontram e se confraternizam por cerca de uma semana nas ruas de Naha (capital da ilha). Nesse encontro, além de um momento propício para fortalecer laços de amizade, rever parentes e amigos, é um período significativo para relembrar as tradições da ilha materna a partir das apresentações de *taikô*, danças, músicas, teatro, desfiles, entre outras atividades.

O *Uchinanchu Taikai* é o evento mais representativo da força e do caráter aglutinador da comunidade okinawana, que mesmo após as dispersões sofridas devido à diáspora imigratória, empenha-se em manter certa unidade de caráter global em torno de sua cultura e de sua origem comum.

### **As festas como objeto de pesquisa: O caso do *Kyodo Matsuri***

Dentre as várias festas realizadas, a mais importante delas para a comunidade okinawana da cidade de São Paulo é o *Kyodo Matsuri*, realizado anualmente desde 1988, geralmente no mês de Junho, no Centro Cultural Okinawa do Brasil em Diadema. O *Kyodo Matsuri* é um evento aberto ao público, no qual há apresentações das principais atividades culturais dos okinawanos. Muitas são as atividades realizadas, das quais podem-se destacar, o *Eissa Matsuri* (Grupo de dança tradicional), os dois grupos de *taikô* okinawano (*Requios Gueinou Doukokai* e *Ryukyuu Koku Matsuri Daiko*), *Odori* típico de Okinawa, Concurso Miss Kimono, apresentação de escolas de *Koten* (música clássica), Grupos de música *Minyo* (folclórica) e *Show do Shishimai* (dança dos leões de Okinawa).

Juntamente com essas apresentações, no *Kyodo Matsuri*, há a comercialização de pratos típicos da culinária okinawana como o *Okinawa sobá*, o *hijá no shiru* (sopa de cabrito) e o *satá andagui* (um tipo de bolinho-de-chuva). Ademais, há outros elementos como a decoração, as vestimentas típicas, que auxiliam, juntamente com as apresentações artísticas, no principal objetivo da festa que é a divulgação da cultura e o fortalecimento do sentimento identitário da comunidade *uchinanchu*. Devido a esse caráter mais “tradicional”, no sentido de “preservação” cultural, a grande maioria das apresentações se repete a cada ano nesse evento.

Outra festividade de considerável importância, realizada anualmente desde 2002 na Associação Cultural Okinawana da Vila Carrão, é o *Okinawa Festival*, no qual além das apresentações culturais e da culinária típicas dos okinawanos, ocorrem diversas atividades não relacionadas à cultura dos *uchinanchu*, como shows de rock, de música sertaneja, de samba e comidas brasileiras.

Esse evento começou a ser realizado em decorrência do crescente sucesso de público nas demais festas da comunidade, sobretudo do *Kyodo Matsuri*. Assim, pensou-se em uma festa que

fosse mais “miscigenada”, com intuito de divulgar, para um público maior, a cultura okinawana, bem como ser uma oportunidade de gerar lucros promissores para a comunidade.

Desse modo, é possível perceber que as festas e eventos realizados pela comunidade okinawana, como o *Kyodo Matsuri*, são de extrema importância para a manutenção dos laços de pertencimento e para a afirmação identitária desse grupo. Em um forte contraste com os *nikkeis* de outras províncias, os okinawanos são conhecidos por serem mais festivos e extrovertidos, procurando, sempre que possível, a manutenção de uma ampla rede de relações sociais.

Nesse sentido, a análise de suas festividades pode ser um caminho promissor no estudo dessa comunidade, especialmente no tocante à questão da afirmação identitária. Assim, é relevante inserir, ainda que brevemente, algumas considerações teóricas acerca da utilização das festas como objeto de estudo da história.

Não cabe aqui discutir todo o caminho percorrido pelos estudos que privilegiaram as festas como objeto de pesquisa, o que englobaria desde os folcloristas até os dias de hoje. Contudo, o que é importante destacar é que a partir da chamada Nova História Cultural das décadas de 1970 e 1980, as festas (principalmente populares) passaram a ser um objeto bastante valorizado pela história, principalmente por permitirem que se observem, em suas “interfaces” ou “ecos”, as relações dinâmicas entre uma determinada “cultura popular” com outros segmentos da sociedade, evidenciando aspectos como relações de poder, religiosidades e identidades. Nesse sentido, segundo Martha Abreu:

De uma forma ainda mais ampla, as festas – de caráter cívico religioso ou carnavalesco – também foram valorizadas por essa historiografia [a nova história cultural] como um atraente caminho para se conhecer uma coletividade, suas identidades, valores e tensões, através das atitudes, dos comportamentos, dos gestos e do imaginário presente em suas celebrações. (ABREU, 1999, p. 38)

Desse modo, apesar da possibilidade de utilizar as festas como um importante instrumento para se pensar a questão da identidade, visto que é visível o esforço por parte dos okinawanos para manterem parte de suas tradições em eventos como o *Kyodo Matsuri*, é relevante frisar que por mais “tradicional” que possa parecer uma festa, ela sempre está em constante transformação e adaptação. Por envolver toda uma dinâmica de pessoas, uma festa nunca é igual a outra, sendo esse constante movimento algo fundamental para o próprio sentido de existência das festas.

Segundo esse raciocínio, considerar que uma festa, por ser tradicional, é algo “congelado” no tempo, é o mesmo que propor que a comunidade que participa e que realiza essa festa também esteja “congelada”. Se uma festa tradicional continua a existir por longos períodos, ela o faz somente por sua capacidade de se adaptar a novos contextos e produzir novos significados para os seus participantes, uma vez que os “sentidos do festejar” perdem e agregam valores no decorrer do tempo. Ainda segundo Abreu, “Os sentidos das festas e sua relação com o contexto social que as produziu, de uma forma comparável ao conceito de cultura popular, não devem ser pensados *a priori*” (ABREU, 1999, p. 38).

Ademais, tem-se nas práticas festivas um conjunto sintético daquilo que Michel de Certeau chamou de “modos de fazer”, ou seja, através da culinária típica, da música e dos instrumentos musicais, das vestimentas, das cores e das coreografias das apresentações artísticas, pode-se perceber o modo como ela representa um grupo em específico. A festa *Kyodo Matsuri*, nesse sentido, seria uma alegoria das vivências, e das pequenas ações cotidianas, praticadas tanto a nível pessoal quanto por pequenos grupos, as quais estão dialeticamente ligadas à cultura, e às visões de mundo de uma sociedade.

Destarte, pode-se pensar nas festas da comunidade okinawana como uma *praxis* social, que, por meio de pequenos detalhes e práticas individuais e coletivas, corroboram para a

construção da identidade okinawana, marcada por um *modus vivendi* muito singular e característico. Assim, será possível atentar para o fato de que apesar de a festa não ser igual a cada ano, certas práticas e seus significados se mantêm, permitindo, assim, que ela também carregue um feitiço mais tradicional.

Por fim, pode-se pensar que todos os eventos realizados por essa comunidade possuem grande relevância por demonstrarem o esforço dos okinawanos e seus descendentes na construção de sua identidade, como um povo que, apesar de brasileiro, possui uma série de particularidades étnicas e culturais, mas que ainda são comumente identificados pelo senso comum, entre os brasileiros, como simplesmente “japoneses”, ou seja, não são reconhecidos nem como brasileiros, tampouco como *uchinanchu*.

### **Etnicidade e identidade: algumas considerações**

Considerando os objetivos desse artigo, faz-se necessário debruçar sobre os conceitos de “identidade” e “etnicidade”, os quais assumem caráter central para as discussões do tema proposto. Nesse âmbito, um referencial imprescindível é o trabalho de Jeffrey Lesser, *A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil*. Nessa obra, o autor demonstra que a identidade dos japoneses no Brasil sempre foi ambígua, sendo influenciada pelos diversos discursos produzidos a respeito desse grupo, sejam eles positivos ou negativos.

Lesser procurou demonstrar que em sua busca por uma “identidade hifenizada”, que garantiria um lugar no quadro da identidade nacional brasileira, os japoneses e seus descendentes procuraram construir uma autoimagem que corroborassem com as “aspirações nacionais” (ou seja, da elite) em determinado momento. Para tanto, esse grupo, muitas vezes, conseguiu manipular com sucesso os discursos proferidos contra ele, ao ponto de hoje em dia, muitos brasileiros julgarem que os “nossos japoneses” (os nipo-brasileiros) são os melhores brasileiros.

Apesar do grande valor da obra Lesser, por suas inovadoras considerações acerca da etnicidade e da identidade de grupos de imigrantes não europeus, sua análise não consegue superar o estereótipo que considera o japonês como um único grupo étnico. A partir da leitura de Lesser, pode-se indagar se é válido considerar que um grupo como os okinawanos, que foram discriminados pelos japoneses, seja no Japão ou no Brasil, “negociaram” de igual forma sua identidade como os demais japoneses.

Muitas das “qualidades” atribuídas aos japoneses, as quais foram usadas por esse grupo para negociar sua identidade de forma positiva, tais como, sérios, pontuais, higiênicos, honestos e trabalhadores, são características que os próprios japoneses afirmavam que os okinawanos não possuíam, visto que eram tidos pelos demais nipônicos como preguiçosos, beberrões, sujos e dissimulados. Assim, seria questionável aceitar que os okinawanos se utilizaram dos mesmos discursos que os demais japoneses para demarcarem seu espaço na sociedade brasileira.

Desse modo, percebe-se que o conceito de identidade étnica proposto por Lesser é insuficiente para abarcar determinados grupos, como os okinawanos, que se configuram como uma minoria da minoria. Nesse sentido, faz-se necessário pensar em um conceito de etnicidade que seja múltiplo e que, portanto, considere as fragmentações e heterogeneidades dentro de um mesmo grupo étnico.

A esse respeito, o livro de Poutignat e Streiff-Fenart, *Teorias da Etnicidade*, constitui-se em outro referencial de grande importância para esse trabalho. Nessa obra, nota-se como o conceito de etnicidade se constrói de formas muito diferenciadas em distintas realidades espaço-

temporais. Trata-se de um conceito histórico, e que portanto, sofre mutações ao longo do tempo. Se por um longo período os termos etnia e etnicidade aparentavam certa solidez e rígida unidade, hoje é praticamente consenso, segundo esses autores, que esses conceitos são múltiplos e de difícil definição. Segundo esses autores:

Toda a problemática da etnicidade consistiu em romper com estas definições substancialistas dos grupos étnicos de propor que uma identidade coletiva nunca é redutível à posse de uma herança cultural, mesmo se fosse reduzida a um “nódulo duro”, mas se constrói como um sistema de separações e de diferenças com relação a “outros” significativos em um contexto histórico e social determinado (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1997, p. 176).

Assim, de acordo com a afirmação acima, percebe-se que o conceito de etnicidade deve ser trabalhado a partir de sua aplicação em realidades específicas, em razão da grande dificuldade de cunhar uma definição que abranja as múltiplas variações de significados e sentidos desse termo em diversas sociedades ao longo do tempo. Cada “grupo étnico” de imigrantes, por exemplo, respondeu de forma diferenciada com relação a sua etnicidade na sociedade receptora, a partir de múltiplas variáveis, como: a sua cultura de origem, o grau de assimilação que a nova sociedade permitiu a esses imigrantes, as diversas formas de segregação, e assim sucessivamente.

Ainda segundo Poutignat e Streiff-Fenart,

Uma das mais importantes descobertas das teorias da etnicidade é que a identidade étnica nunca se define de maneira puramente endógena pela transmissão da essência e das qualidades étnicas por meio do *membership*, mas que ela é sempre e inevitavelmente um produto de atos significativos de outros grupos[...] É esta relação dialética entre as definições exógena e endógena da pertença étnica que transforma a etnicidade em um processo dinâmico sempre sujeito à redefinição e à recomposição (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1997, p. 142).

Nesse sentido, é importante considerar que a atribuição de uma identidade étnica está sujeita a essa dupla definição endógena e exógena. No caso dos okinawanos no Brasil, pode-se afirmar que, se por um lado, há o esforço dos *uchinanchu* de se afirmarem como um grupo que, apesar de brasileiro, possui uma origem distinta dos demais nipo-descendentes, por outro lado, há o olhar da sociedade majoritária, sobre os okinawanos, que não os consideram como brasileiros, e os identificam de forma genérica como japoneses. É contra essa visão que os descendentes dos okinawanos posicionam-se, procurando exprimir por diversos meios a sua identidade, na qual as comemorações festivas desempenham um papel de destaque.

Em suma, é preciso trabalhar o conceito de identidade e etnicidade da comunidade okinawana partindo da análise de suas redes sociais e dos significados de suas manifestações coletivas. Um caminho possível é analisar o papel das festividades na demarcação do espaço identitário dessa comunidade, considerando que sua configuração étnica e cultural é significativamente divergente dos demais japoneses e seus descendentes no Brasil.

## Conclusão

O presente artigo procurou apresentar uma temática ainda pouco trabalhada no campo da historiografia brasileira: os imigrantes okinawanos. Para tanto, se propôs algumas considerações a respeito da formação história desse grupo, considerando-os como uma comunidade que possui sua própria estrutura social, étnica e cultural, as quais transcendem ao mero epíteto de “japonesa”. Os okinawanos e seus descendentes procuram até os dias de hoje afirmarem sua identidade étnica e cultural por diversos meios, dentre os quais, a realização de festividades entre sua comunidade desempenha um importante papel. Nesse sentido, discutiu-se algumas questões

acerca das potencialidades de utilizar as festividades como objeto de estudo histórico.

Ademais, a intenção foi incluir uma discussão, ainda que breve e parcial, sobre o conceito de etnicidade, em decorrência da necessidade de se pensar em uma nomenclatura que fosse menos rígida, restritiva e uniformizadora. O sentimento de pertença ou exclusão para com esse grupo étnico se manifesta de diversas maneiras, sendo, porém, definido por pelo menos três pontos de vista. No caso desse trabalho, há a perspectiva da própria comunidade okinawana; das demais comunidades japonesas e, por fim, da sociedade brasileira de modo geral.

Por fim, muitas vezes o olhar da sociedade majoritária que é uniformizador, reducionista e estereotipado, não abre espaço para que se perceba o quão frágil e heterogêneo são determinados grupos, até então, vistos como verdadeiros “monólitos culturais”, como é o caso da visão que se tem dos japoneses no Brasil. Destarte, talvez pensar em “eticidades” múltiplas e plurais contribua para que se perceba e se reconheça a grande diversidade presente em diversos grupos humanos tidos como homogêneos, e principalmente, o esforço de grupos minoritários no sentido de que suas “memórias subterrâneas” possam também ser reconhecidas, valorizadas e respeitadas pelas sociedades abrangentes.

**Figura1: Mapa do Japão com destaque para as ilhas de Ryukyu na Província de Okinawa**

Disponível em: [http://www.welt-atlas.de/map\\_of\\_japan\\_politically\\_6-856](http://www.welt-atlas.de/map_of_japan_politically_6-856)



Acessado em 15/07/2011

## Referências

ABREU, Marta. *O Império do Divino: Festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro (1830-1900)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDERSON, Perry. “O feudalismo japonês” In: *Linhagens do Estado Absolutista*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

ANDRÉ, Richard Gonçalves. “(Re)visões da imigração japonesa no Brasil: Discursos oficiais e debates acadêmicos”. In: *Anais do IV Fórum de Pesquisa e Pós-graduação em História*. Maringá: UEM, p. 734- 752.

ASSOCIAÇÃO OKINAWA KENJIN DO BRASIL. *Imigração okinawana no Brasil: 90 anos desde Kasato Maru*. São Paulo: Imprensa Oficial, 1998.

BARCLAY, Kate. “Between modernity and permissivity: Okinawan identity in relation to Japan and South Pacific”. In: *Nations and Nationalism*. Vol 12, nº1, 2006, p. 117-137.

BELLAH, Robert Neely. *Tokugawa Religion: The cultural roots of Modern Japan*. New York: Free; London: Macmillan, 1985.

BENEDICT, Ruth. *O crisântemo e a espada: Padrões da cultura japonesa*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

DEZEM, Rogério. *Matizes do “amarelo”: A gênese dos discursos sobre os orientais no Brasil: (1878-1908)*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005.

GONÇALVES, Ricardo Mário. “A imigração coreana no Japão, desde as origens até o século VIII e sua influência sobre a cultura japonesa”. In: *V Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História*. São Paulo: 1967. p.1-12.

\_\_\_\_\_ “Estudo sobre a historiografia japonesa”. *Revista de História*. Vol 28, n 58, 1964, p. 319-338.

HASHIMOTO, Francisco; TANNO, Janete Leiko; OKAMOTO, Monica Setuyo (Org.). *Cem anos da imigração japonesa: História, memória e arte*. São Paulo: Editora da Unesp, 2008.

HALL, Stuart. *Da Diáspora: Identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006.

KANASHIRO, Vitor. *Uma introdução aos estudos okinawanos*. In: *Anais do 8º. Congresso Internacional de Estudos Japoneses no Brasil /21º. Encontro Nacional de Professores Universitários de Língua, Literatura e Cultura Japonesa*. Brasília: UNB, 2010.

KIMURA, Hideyuki. *Os okinawanos em Araraquara: A identidade negociada*. [dissertação de

mestrado em Antropologia] Unesp. Araraquara: 2003.

KUBOTA, Nádía Jujiko Luna. *Bon Odori e Sobá: As Obasan na transmissão das tradições japonesas em Campo Grande – MS*. [dissertação de mestrado em antropologia]. Universidade Estadual Paulista: Marília, 2008

LEÃO, Valdemar Carneiro. *A crise da imigração japonesa no Brasil (1930-1934): Contornos diplomáticos*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1989

LESSER, Jeffrey. *A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil*. São Paulo: Editora da Unesp, 2001.

MIYAGUI, Shosei. *Okinawa: História, tradições e lendas*. São Paulo: Oliveira Mendes, 1998.

NOGUEIRA, Arlinda Rocha. *Imigração japonesa na história contemporânea do Brasil*. São Paulo: Centro de Estudos Nipo-Brasileiros Massao Ohno Editor, 1984.

POLLACK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: Vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

\_\_\_\_\_. Memória e Identidade Social. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: Vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

POUTIGNAT, Philippe; FENART-STREIFF, Jocelyne. *Teorias da Etnicidade. Seguido de Grupos Étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*. São Paulo: Editora da Unesp, 1997.

SAKURAI, Célia. “Imigração japonesa para o Brasil: Um exemplo de imigração tutelada (1908-1941)”. In: FAUSTO, Boris (Org.). *fazer a América: A imigração em massa para a América latina*. São Paulo: Edusp, 2000. p. 201-237.

SATOMI, Alice Lumi. *Dragão Confabulando: Etnicidade, ideologia e herança cultural através da música para koto no Brasil*. [tese de doutorado em música]. UFBA. Salvador: 2004.

\_\_\_\_\_. “As recriações na permanência da música okinawana no Brasil”. In: *Anais da XV ANPPOM*, Rio de Janeiro: 2005 p.1415-1422.

SETTE. Luiz Paulo Lindenberg. *A Revolução Samurai*. São Paulo: Massao Ohno/Aliança Cultural Brasil-Japão, 1991.

SHIZUNO, Elena Camargo. *Os imigrantes japoneses na Segunda Guerra Mundial: Bandeirantes do Oriente ou Perigo Amarelo no Brasil*. Londrina: Eduel, 2010.

SOUYRI, Pierre François. “A colonização japonesa: Um colonialismo moderno, mas não-ocidental”. In: FERRO, Marc (Org.). *O livro negro do colonialismo*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

SOUZA, Yoko Nitahara. *A comunidade Uchinanchu na Era da Globalização*. [dissertação de mestrado em antropologia]. Universidade de Brasília. Brasília: 2009.

\_\_\_\_\_ “Identidade Uchinanchu – Articulações de uma comunidade diaspórica transnacional” [online]. In: *VII Reunión de Antropología del Mercosur*. Buenos Aires: Argentina, 2009. Disponível em: <http://www.ram2009.unsam.edu.ar/paginas/GT28.html> .Acessado em: 20/Set./2010.

\_\_\_\_\_ “Contraste Identitário entre Uchinanchu e Naichi”. In: *Anais do 21º Encontro Nacional de Professores Universitários de Língua, Literatura e Cultura Japonesa (ENPULLCJ)*. Universidade de Brasília, Brasília: 2008, p. 1-8.

YAMASHIRO, José. *Okinawa: Uma ponte para o mundo*. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1997.

## Notas

<sup>1</sup> Não estão sendo considerados no caso as minorias discriminadas advindas de outros países, sobretudo chineses e coreanos, que atualmente ainda sofrem inúmeros tipos de preconceitos por parte da sociedade majoritária japonesa.

<sup>2</sup> De acordo com David Howell, a nomenclatura correta para se referir a essas ilhas é de difícil precisão, devido ao fato de que cada um dos nomes do arquipélago alude à questões de ordem cultural, política ou geográfica. Por exemplo: o termo Ryukyu é utilizado, em geral, para denominar todas as ilhas que compõem o arquipélago, ou para se referir ao Reino de Ryukyu que existiu até o ano de 1879. Por sua vez, o termo Okinawa alude ao nome da Província que foi criada quando da anexação das ilhas pelo Japão em 1879. Contudo, esse também é o nome da principal ilha do arquipélago cuja capital é Naha. Entretanto, essas denominações não são suficientes quando se atenta, por exemplo, para o fato que o antigo Reino de Ryukyu não dominava todas as ilhas do arquipélago, ou quando se nota que durante a ocupação das Ilhas pelos EUA (1945-1972), os americanos se referiam às ilhas pelo nome de Ryukyu, evitando usar o nome que era utilizado pelos japoneses, Okinawa. Além dessas denominações, existem outras. Os habitantes do arquipélago denominam as ilhas em seu dialeto como Uchiná, reconhecendo uns aos outros como uchinanchu. Por fim, o arquipélago também por vezes é chamado de Liuquiu, ou de Loochoo, e seus habitante de réquios, no entanto, essas três últimas denominações são menos usuais. Ver: HOWELL, DAVID. *Journal of Asiatic Studies*. Vol 60, n<sup>o</sup> 1. Jun/2000, p. 304-312.